

**Legislação relevante no domínio da prevenção e combate à corrupção,
branqueamento de capitais e crime organizado**

Guiné-Bissau

- Constituição da República da Guiné-Bissau;
- Aprovação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção pela Assembleia Nacional Popular, Resolução n.º 10/2006, de 27 de dezembro;
- Ratificação, para adesão, do Estado da Guiné-Bissau, e notificação do seu Depositário, da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção pelo Decreto Presidencial n.º 15/2007, de 13 de agosto;
- Lei n.º 7/99, de 7 de setembro, que regula a declaração de bens, rendimentos e o registo de interesses patrimoniais, empresariais e financeiros a que ficam obrigados, todos os titulares de cargos políticos;
- Lei n.º 8/96, de 9 de dezembro, que aprova o Regulamento da Inspeção Superior Contra Corrupção, enquanto autoridade pública, colegial, composta por um Inspetor Superior e dois Inspectores-Adjuntos, que tem por função prevenir, averiguar, denunciar e remeter às autoridades competentes os atos de corrupção e fraude cometidos no exercício de atividades públicas de cuja prática recolha indícios suficientes;
- Lei n.º 6-B/95, de 17 de julho, que cria a Inspeção Superior contra a Corrupção, órgão independente de defesa dos interesses da República e dos cidadãos, que funciona junto da ANP e tem por função a prevenção e averiguação de atos de corrupção e fraude cometidos no exercício de cargos políticos e de funções administrativas e a denúncia destas ações aos órgãos competentes para o exercício da ação penal ou disciplinar;
- Decreto-Lei n.º 4-A/92, de 24 de julho, que cria a Inspeção Superior do Estado, a qual funcionado junto da Presidência do Conselho de Estado, tem a incumbência de desenvolver as ações de prevenção, de averiguação e de denúncia às autoridades competentes para a ação penal ou disciplinar dos atos de corrupção e fraude praticados no exercício de funções administrativas, no âmbito da administração do Estado, central e local, direta e indireta, incluindo os atos praticados no exercício daquelas funções por titulares dos órgãos de soberania;

- Lei n.º 1/2012, de 5 de setembro, que aprova a Lei de Luta contra o financiamento do terrorismo nos Estados Membros da União Monetária Oeste Africana (UMOA);
- Decreto n.º 1/2006, de 29 de maio, que cria a Célula Nacional de Tratamento de Informações Financeiras (CENTIF), por aplicação da Resolução n.º 4/PL/2004, de 2 de novembro, que aprova a Lei Uniforme Relativa à Luta Contra o Branqueamento de Capitais;
- Resolução n.º 4/PL/2004, de 2 de novembro, Lei Uniforme Relativa à Luta Contra o Branqueamento de Capitais;
- Lei n.º 12/2011, de 6 de julho, que aprova a Lei de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas;
- Resolução n.º 11/2004, de 17 de maio, que aprova o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, a Repressão e a Punição do Tráfico de Pessoas;
- Decreto-Lei n.º 2-B/93, de 28 de outubro, que estabelece o regime aplicável ao uso ilícito de drogas colocadas sob controlo no território nacional, dispondo sobre a produção e tráfico ilícitos e as respetivas penas;
- Lei n.º 8/2011, de 4 de maio, que aprova a Lei de Organização de Investigação Criminal, a qual estabelece as regras jurídicas relativas à organização e competências dos serviços que efetuam diligências com vista a descobrir e recolher os indícios de um crime e determinar os seus agentes e a despectiva responsabilidade e, ainda, recolher e assegurar os meios de prova no âmbito de um processo criminal;
- Lei n.º 14/97, de 2 de dezembro, que determina os crimes de responsabilidade que os titulares de cargos políticos possam cometer no exercício das suas funções, e por causa delas, as sanções que lhes são aplicáveis;
- Decreto-Lei n.º 4/93, que aprova o Código Penal;
- Decreto n.º 9/2000, de 2 de novembro, que altera a composição da Comissão Interministerial de Combate à Droga, criada pelo Decreto n.º 11/94, de 14 de fevereiro;
- Decreto n.º 11/94, de 14 de fevereiro, que cria a Comissão Interministerial destinada a reforçar o empenho do Governo na prevenção e combate à droga, denominada Comissão Interministerial de Combate à Droga;
- Decreto n.º 62-A/92, de 30 de dezembro, regulamenta o controlo do mercado lícito dos Estupefacientes, Substâncias Psicotrópicas e Precursores;

- Decreto-Lei n.º 14/2010, de 15 de novembro, que aprova o Estatuto Orgânico da Polícia Judiciária;
- Decreto n.º 3/2014, de 6 de maio (Inspeção Geral da Administração Pública - IGAP);
- Decreto n.º 6/2014, de 4 de junho (Estatuto Orgânico da Direção Geral das Contribuições e Impostos);
- Decreto n.º 13/94, de 7 de março (Reconhecimento da Ordem dos Advogados);
- Decreto n.º 20/2010, 8 de novembro (Regulamento Disciplinar da Polícia Judiciária);
- Decreto Presidencial n.º 13/2007, de 13 de agosto (Ratificação da Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional);
- Decreto Presidencial n.º 14/2007, de 13 de agosto (Ratificação do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional);
- Decreto-Lei n.º 1/97, de 29 de abril (Instituto Nacional de Previdência e Seguros);
- Decreto-Lei n.º 2-A/2001, de 7 de agosto (Regime de Concessão de Passaportes);
- Decreto-Lei n.º 5/2014, de 29 de maio (Instituição do Visto Biométrico);
- Decreto-Lei n.º 6/2014, de 30 de maio (Orgânica da Direção Geral das Contribuições e Impostos) (Parte I e II);
- Decreto-Lei n.º 7/92, 27 de novembro (Cria o Tribunal de Contas e aprova a sua Lei Orgânica);
- Decreto-Lei n.º 7/2011, de 23 de fevereiro (Orgânica do Ministério da Justiça);
- Decreto-Lei n.º 14/2010, de 15 de novembro (Estatuto Orgânico da Polícia Judiciária);
- Despacho n.º 13-A/2011, de 13 de junho (Gabinete de Informação e Consulta Jurídica);
- Estatuto da Ordem dos Advogados;
- Lei n.º 8/2010, de 22 de junho (Lei Orgânica da Guarda Nacional);
- Lei n.º 9/2010, de 22 de junho (Lei Orgânica da Polícia de Ordem Pública);
- Resolução n.º 10/2004, de 17 de maio (Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional);

- Resolução n.º 12/2006, de 28 de dezembro (Organização Integrada da Indústria dos Seguros nos Estados Africanos);
- Resolução n.º 27/2007, de 29 de fevereiro (Aprovação do Tratado da União Monetária Oeste Africana, e dos respetivos anexos contendo os Estatutos do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e o Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades do BCEAO);
- Lei n.º 8/95, de 25 de julho, aprova o Estatuto dos Magistrados do Ministério Público;
- Lei n.º 7/95, 25 de julho, aprova a Lei Orgânica do Ministério Público;
- Lei n.º 3/2002, de 20 de novembro, aprova a Lei Orgânica dos Tribunais;
- Lei n.º 6/2011, de 4 de maio, alteração e republicação da Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais;
- Decreto-Lei n.º 7/2010, de 14 de junho, aprova o Regulamento da Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais;
- Decreto-Lei n.º 6/93, de 13 de outubro, aprova lei Orgânica dos Tribunais de Sector e o Estatuto dos seus Juízes;
- Lei n.º 9/95, de 7 de agosto, aprova o Estatuto dos Magistrados Judiciais;
- Coletânea de Legislação Fundamental de Direito Penal – 2007.
- Coletânea de Legislação Fundamental de Direito Processual Penal – 2007.